



ATA Nº 4/2023

Aos 21 dias do mês de março de 2023, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a quarta reunião da primeira sessão ordinária do ano 2023, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por José Emanuel Teixeira Carvalhinho e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Rosa Martins Freitas Duarte, com a seguinte ordem de trabalhos:

10. Apreciação de propostas apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
11. Aprovação de atas da sessão ordinária de dezembro de 2022 e das sessões extraordinárias de 7 e 21 de dezembro;
12. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros Joana Raquel da Silva Devezas, António José Nunes Teixeira Lopes, Rui Manuel Martins Fidalgo, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Álvaro Paulo Alves Leite, António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno Antonio Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende, João Paulo do Couto Matos e dos Presidentes da Junta de Freguesia de Paramos - Manuel de Oliveira e da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Ana Paula Africano de Sousa e Silva por José Manuel Alves Novo, João Humberto Santos Cunha Bastos por António Marques Azevedo, Isabel Maria Pinhal Resende por Manuel Augusto Gomes Novais, José Adolfo Carvalho Rocha por Fernanda Maria Guedes Bastos, Abel Jorge Correia dos Santos por Manuel Cardoso Pereira, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Graça Pereira e do Presidente da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida por Manuel Santos. Faltou, por motivo justificado, o Presidente da Junta de Freguesia de Espinho – Vasco José Carvalho Alves Ribeiro.

A Câmara Municipal fez-se representar pela sua Presidente, Maria Manuel Barbosa Cruz. Estiveram também presentes o Sr. Vice-presidente Luís Miguel Oliveira Monteiro Canelas e os Senhores Vereadores Maria de Lurdes Pontes Rebelo, João de Oliveira Passos e Hélder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a reunião, advertindo todos os presentes que seria transmitida em direto e de seguida, anunciou que havia um requerimento por parte do público presente para intervenção e deu a palavra a Miguel Alexandre Correia Ferreira que colocou as seguintes questões: Em que dia foi requerida a auditoria ao estádio municipal e quando seria dada resposta às questões colocadas pelo Presidente do Sporting Clube de Espinho, Bernardo Gomes de Almeida.

Presidente Câmara Municipal disse que a auditoria tinha sido pedida em fevereiro, embora não pudesse de momento precisar o dia e que a entidade estava já na posse dos documentos necessários. Quanto às respostas às questões do Presidente do Clube, disse que na manhã da próxima sexta-feira seria feita uma conferência de imprensa.

Presidente da Mesa disse que iriam então prosseguir com a ordem de trabalhos, tendo a vogal Ana Rezende (CDU) pedido para fazer uma interpelação à Mesa. Referiu que, tendo por base uma comunicação enviada aos vogais pelo Presidente da Assembleia Municipal a dar nota da realização uma reunião como SCE, no sentido de, ainda que institucionalmente, poder ajudar na clarificação do assunto trazido pelo Presidente do Clube, a Mesa da Assembleia não era um órgão autárquico, nem sequer um organismo independente, sendo composta por vogais eleitos para condução dos trabalhos e representação da Assembleia nas suas funções. Que a Mesa da Assembleia Municipal e o seu Presidente reportavam ao órgão que os elegera, ou seja, a Assembleia Municipal, não podendo tomar decisões para além do estipulado no Regimento e na Lei das Autarquias Locais sem prévia discussão e aprovação das mesmas em plenário. Que a CDU considerava abusiva a alegada intermediação entre a Mesa da Assembleia Municipal e o SCE, em vista de abrir o diálogo com a Câmara Municipal. Que se percebia que a Mesa da Assembleia Municipal, que era PS, tenha saído um pouco em proteção da defesa do novo e "frágil" executivo, perguntando se faria o mesmo se o executivo fosse doutro partido. Que o problema de fundo que ali se colocava que era, do ponto de vista da CDU, muito grave, era a completa e diametral divergência de



posições entre o executivo da CME e o chefe de Gabinete da Presidência. Que especulavam que ou o chefe de Gabinete recebia ordens do anterior presidente, que não tinha a mesma opinião da atual e assim bloqueava ou seu trabalho, ou tentava dar ao SCE, em informação não oficial, algum recado que o novo executivo queria passar, ou não havia qualquer ligação entre o executivo e o Chefe de Gabinete, proliferando informações desajustada, contraditórias, descoordenados entre ambos, ou ainda, sabendo-se que o SCE através das suas sucessivas direções esteve sempre próximo do PSD, se que aquela situação não foi, aproveitando o mau momento que o concelho vivia, mais uma "traulitada" à governação do município, atirando-se mais poeira para que, mais uma vez, o nome de Espinho saísse beliscado. Que a CDU repudiava e censurava a posição da Mesa da Assembleia Municipal na sua forma e conteúdo. Relembrou que em declarações aos órgãos da comunicação social, o atual Presidente da Mesa disse querer garantir a total independência e transparência do órgão no caso de ser eleito seu Presidente e que aquela atitude não deixava de pôr em causa os fundamentos pelos quais o Presidente da Mesa se candidatou. Que repudiavam também o que será tido como uma dupla posição da Câmara, uma dada pela Câmara em reunião com o SCE e outra dada fora da reunião pelo Chefe de Gabinete da Presidência. Que no caso de serem tomadas medidas pelo executivo, pediu que fossem informados de quais. Acrescentou que quanto ao estádio, a CDU não quer ser parte do problema, mas parte na sua resolução, tendo consciência de que não seria fácil.

Paulo Leite (PSD) disse que para além do que aconteceu com o Chefe de Gabinete da Presidência, agora vinha o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal fazer uma reunião com o SCE, não em nome da Assembleia, dando nota aos seus membros da sua realização com o objetivo de estabelecer pontes, referindo que a Assembleia era constituída por membros de vários partidos e pelos Presidentes de Junta e se aquela reunião era para ter o cunho da Assembleia Municipal deveria ter tido a participação de todos, sendo que o PSD também se disponibilizava para encontrar soluções e fazer pontes. Protestou quanto à afirmação do SCE ser próximo do PSD, referindo que o PSD estava próximo de todas as associações e coletividades do concelho, de forma igual, tendo em linha de conta o seu peso no bem que traziam para a sociedade. Disse que a Presidente da Câmara continuava sem dar respostas ao SCE, embora tivesse dito naquela assembleia que os esclarecimentos seriam dados na semana passada, sendo que o PSD iria fazer questão do que fosse respondido, não por haver qualquer

ligação, mas porque as respostas eram importantes. Fez notar que a Mesa da Assembleia Municipal não representava o órgão e que 3 pessoas que eram membros da Assembleia terem uma iniciativa com o objetivo de encontrarem pontes até, de certa forma, era positivo, mas demonstrava que a Câmara do PS não tinha capacidades para o fazer, acrescentando que tinha dúvidas que na bancada PS todos estivessem de acordo com o que aconteceu

Ana Rezende (CDU) contra protestou referindo que não dissera que o PSD era do SCE ou o SCE era do PSD, mas que ao longo do tempo, as sucessivas direções tinham granjeado a simpatia do PSD. Que muitas vezes as direções não pugnavam pelo desenvolvimento da sua própria coletividade, mas por outros interesses. Sobre a iniciativa da Mesa da Assembleia, promovida pelo seu Presidente, disse que a questão não estava em 3 vogais do PS reunirem com o SCE, podendo acontecer com vogais de outros partidos, mas a questão da utilização de uma figura que nem sequer era órgão autárquico, parecendo que foi uma iniciativa da Assembleia

Teixeira Lopes (PS) estava estupefacto por ouvir dizer que a Mesa da Assembleia não representava a Assembleia, perguntando por quem tinha sido ela eleita. Que podiam sentir-se melindrados por não ter feito parte daquela embaixada, mas que os princípios em que assentava e os objetivos que se propunha alcançar foram ali patenteados, não vendo que houvesse algo a estranhar, pelo contrário, fazendo notar que foram eleitos pela Assembleia Municipal e foram representar a Assembleia, tendo o voto popular no PS conferido aquela possibilidade

Ana Rezende (CDU) protestou dizendo que a questão estava na Lei das Autarquias Locais e no Regimento, nomeadamente nos artigos 25º e 26º, que definia as competências, não podendo ser resumido ao sufrágio universal direto e secreto. Que a Mesa da Assembleia não tinha poderes de representação institucional e que o seu Presidente tinha poderes de representação em determinadas circunstâncias dentro das competências e atribuições conferidas por Lei e pelo regimento, que nada tinha a ver com a iniciativa tomada. Que a Mesa só podia fazer o mandatado pela Assembleia Municipal

Paulo Leite (PSD) protestou dizendo que era verdade que a Assembleia foi eleita e que a Mesa foi eleita pela Assembleia Municipal, mas para representar a Assembleia e não a ela própria, caso contrário tratava de tudo e os membros não vinham ali para nada.



Que mesmo em maiorias absolutas, existia democracia e os partidos tinham de defendê-la, sendo que o vogal Teixeira Lopes veio defender que alguém que ganhava as eleições fazia o que queria em nome dos outros. Perguntou o que a bancada do PS achava do que a Câmara Municipal acabou de fazer ao SCE e de alguém do SCE vir ali colocar uma questão concreta e não ser respondida

João Matos (BE) disse que já todos perceberam que o executivo não tinha preparação para o cargo e ia dali que o Presidente da Mesa, José Carvalhinho, eleito pelo PS, já tendo acontecido noutras sessões, se revelava o suporte teórico e político do regime. Que seguramente com o conhecimento prévio do executivo e não da Assembleia, o presidente da Mesa avançou com aquela reunião com a direção do SCE, onde, segundo o Presidente da Mesa, houve cordialidade, transparência, a porta fechada. Que o BE fizera há duas semanas um comunicado onde exigia, por parte do executivo, a exoneração do cargo do Chefe de Gabinete, dado que se ele desautorizava daquela forma o próprio executivo não tinha forma nem meio de se manter no cargo. Que os surpreendia que a Presidente da Câmara nada tivesse dito remetendo para uma conferência de imprensa e lembrou que, em primeiro lugar, era perante a Assembleia Municipal que a Presidente respondia. Disse que não houve minuta, nem ata da reunião ocorrida entre a mesa da Assembleia e o SCE. Perguntou, como a Presidente da Câmara não optou por exonerar o Chefe de Gabinete se significava que ele não a tinha desdito. Que importava esclarecer de uma vez por todas se o estádio municipal era ou não para uso exclusivo ou favorito de um clube e exortava todos os vogais da Assembleia a que fosse convocada uma assembleia extraordinária para o devido esclarecimento daquela matéria.

Teixeira Lopes (PS) protestou, dizendo que aquela Assembleia partia de pressupostos inimagináveis. Disse que admitia que poderia haver outro processo de falar com o SCE e que de acordo com o que se leu nos jornais todos sabiam o que cada força política representada na assembleia pensava sobre a questão do estádio municipal com a limitação de terminar as obras a 1 de setembro, o que era impossível, lembrando que os assuntos já se vinham arrastando desde o tempo do PSD, não podendo crucificar-se exclusivamente o PS pela impossibilidade de conclusão do estádio. Que o vogal do BE de uma forma inquisitorial, pediu respostas à Presidente da Câmara, sendo que os vogais do BE e do PSD introduziram aquele tema na discussão, dando a impressão

que estavam a trabalhar em secretismo absoluto, lembrando que a matéria constava dos jornais.

João Matos (BE) contra protestou dizendo que estavam ali em exercício do mandato que lhes foi conferido, para escrutinarem o poder político. Disse que foi detido um político, houve um problema de corrupção e o momento que viviam exigia transparência máxima e que o poder político se dispusesse àquela máxima transparência. Que se tratava de uma obra que envolvia milhões e que faziam falta a muita gente, cabendo-lhes, portanto, fazer perguntas, inquirir o executivo e àquele cabia esclarecê-los, sendo que, até agora, não o fez.

Teixeira Lopes (PS) contra protestou referindo que não percebia o que a intervenção do vogal do BE tinha a ver com a resolução dos problemas do SCE. Lembrou que se falava da construção do estádio municipal desde o 25 de abril. Que se utilizavam vários atalhos para definir um inimigo, voltando-se a invocar o ex-presidente da Câmara, como se fosse o bode expiatório para a situação do estádio. Que tinham de aguardar a sentença a proferir quanto à acusação e então, pediria desculpa pela confusão que possivelmente terá causado nas suas intervenções

Ana Rezende (CDU) protestou dizendo que a sua interpelação à Mesa tinha a ver com a questão da iniciativa tomada pela Mesa da Assembleia que, do ponto de vista legal e regimental, não podia ter feito e também com o esclarecimento por parte do executivo sobre as afirmações feitas pelo Presidente do SCE quanto ao que foi referido pelo Chefe de Gabinete da presidência

Paulo Leite (PSD) fez um pedido de esclarecimento à Mesa, perguntando se sabiam que os investidores no SCE estavam disponíveis a jogar um ano fora do concelho e perguntou, porque eram importantes aqueles esclarecimentos, se o PS concordava ou não como o que estava a acontecer, se era ou não conivente com o que aconteceu à Espinho, se consideravam que o Chefe de Gabinete tinha ultrapassado a Presidente da Câmara, se o Presidente da Mesa da Assembleia ultrapassou ou não a Câmara Municipal.

Presidente da Mesa da Assembleia disse que, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, tomou a iniciativa de fazer uma tentativa de criação de pontes e de diálogo com os 3 presidentes dos órgãos sociais do SCE. Esclareceu que nunca os



membros da Mesa da Assembleia Municipal pensaram numa tentativa de aproveitamento partidário naquela iniciativa. Que tinha consciência dos riscos daquela decisão, contudo entendeu que poderia ter respaldo no Regimento, no artigo 25.º, n.º 1 alínea i), do artigo 26.º, n.º1 alínea m) e do artigo 6º n.º 1 alínea a). Que, perante tudo aquilo que ali foi dito, perante o que foi acusado pela maioria dos vogais eleitos e sendo ele, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, o principal garante e defensor da Lei e do Regimento, entendia que deixou de ter condições para ser Presidente da Assembleia Municipal e por isso, apresentaria a sua demissão, passando a ocupar o seu lugar de vogal. Que esteve na Assembleia desde 2013 e sabia o que era estar na oposição e que como sempre disse, estava ali para defender os espinhenses e todos os vogais daquela Assembleia Municipal, sendo a sua decisão irrevogável. Que estava de consciência absolutamente tranquilo quanto à iniciativa tomada com os seus 2 secretários, lamentava as interpretações dadas, reconhecendo-lhes legitimidade, mas que sentia que perdeu a confiança da maioria dos vogais eleitos pela Assembleia

Ana Rezende (CDU) pedido de esclarecimento à Mesa, referindo que as disposições invocadas pelo Presidente da Mesa, no seu elemento literal, não contemplavam o que foi erigido sob a égide da Mesa da Assembleia, como intermediário de um alegado conflito. Disse que as decisões eram pessoais, mas que não lhe parecia que, em momento algum no decurso das várias intervenções feitas, se tivesse posto em causa as competências e a honorabilidade do Presidente da Mesa que justificasse a sua decisão, parecendo-lhe qualquer coisa de previamente pensado com outros objetivos, em obediência a orientações e estratégias do PS

Paulo Leite (PSD) disse que o Presidente da Mesa, não tinha motivos para apresentar a sua demissão e esperava que não fosse uma decisão de foro político emanada do PS e que se fosse uma decisão do foro pessoal, tinha de dar-lhes os parabéns porque foi capaz de perceber que, achando que não estava a reunir as melhores condições, foi capaz de por o seu lugar à disposição, sendo que, em Espinho, era pena que aqueles que o deviam ter feito há mais tempo ainda não o tenham feito e que deviam seguir o exemplo do Presidente da Mesa quando explicava as contas e outras questões

João Matos (BE) referiu que, por diversas vezes, o vogal do PS, Teixeira Lopes, lhes lembrava que o PS tinha a maioria naquela Assembleia e que o Presidente da Mesa

referiu que tinha perdido a confiança da maioria dos membros e perguntou-lhe se o partido que o elegeu tirou-lhe a confiança política.

José Novo (PS) disse que o PS manteve e mantinha a confiança no Presidente da Mesa. Disse que achava estranho lamentarem a sua demissão e depois vir dar-lhe os parabéns, referindo que era a pessoa que apresentava as contas e esclarecia bem os factos, fazendo notar que na última reunião, tinha sido acusado pela bancada PSD de que tinha de ser imparcial. Que sempre entendeu que a posição do Presidente da Mesa, naquele grave problema do estádio foi esclarecedora e apaziguadora, procurando o bom entendimento e que as pessoas criaram um burburinho e assim não o entenderam. Que tinham de ter consciência que o estádio municipal era uma obra malnascida, com assembleias muito atribulados no mandato do executivo PSD sendo que o PS tinha aconselhado cautela, tendo sido apedrejado. Que a obra começou tão mal que nem os estudos geotécnicos foram bem feitos, existindo logo uma derrapagem de 500 mil euros. Que o vogal do BE ali disse que era uma obra de milhões que faziam falta a muita coisa e de facto era verdade, mas que o compromisso tinha sido assumido, tendo já sido gastos 2,7M€ que não iam ser deixados ao abandono, sendo que a obra começou e tinha de ser acabada. Que na reunião realizada com a Câmara Municipal e o SCE, queriam obrigar a Sra. Presidente a garantir que o estádio seria concluído até setembro, no máximo até outubro, o que era de todo impossível. Que a Câmara iria terminar o estádio, com tempo e ponderação porque não podiam fechar a cidade para construir o estádio. Que o Espinho não tinha de pressionar a Câmara daquela forma, parecendo-lhe que queriam justificar o seu insucesso tendo a Câmara como bode expiatório

Joana Devezas (PS) lamentou a decisão precipitada, irrefletida do Presidente da Mesa, que como ele sabia, tinha todo o apoio da bancada e do Partido Socialista de Espinho para se manter em funções para as quais foi eleito. Que percebia que poderia, com as suas boas intenções, ter extravasado as competências, mas que o fizera para, de forma, ajudar a esclarecer as divergências colocadas perante aquela assembleia, não lhe parecendo, pese embora as questões levantadas pelos vogais, que fosse de tal forma difícil de ultrapassar, que tivesse de colocar o seu lugar à disposição e reforçou que a bancada e do Partido Socialista de Espinho mantinham a plena confiança política no Presidente da Mesa pelo que teria todas as condições para continuar em funções



Ana Rezende (CDU) referiu que via ali uma grande vontade de se falar do SCE e do estádio municipal e disse que a CDU concordava que devia existir um estádio municipal, sendo que, já a seguir ao 25 de abril, a Câmara tinha avançado com um projeto para a zona onde estava atualmente a Nave Desportiva, tendo os proprietários cedidos os seus terrenos para o efeito por bagatelas, outros foram expropriados, mas que a família Violas, proprietária de pinhais naquela zona, resolveu entravar o processo, tendo pressionado o Ministro Mondim de Carvalho, que anulou o decreto-Lei já publicado, alegando que o mesmo tinha vício de forma, após o que o Sr. Violas prometeu ao SCE 35 mil contos para relvar o campo da avenida, com a condição do Espinho desistir do estádio municipal, o que foi aceite pelo Clube, tendo a Câmara desistido da construção do estádio municipal, mas retomou as expropriações para aquela zona onde agora se encontravam diversos equipamentos. Com a alteração sucessiva da lei das expropriações, que atualizou os valores das expropriações, a família Violas finalmente expropriada, obteve à época um lucro de 200%. Que rapidamente o SCE constatou a falta de condições e de espaço do campo da avenida para receber grandes jogos e as receitas da 1ª Divisão, tendo no mandato do Presidente da Câmara, Dr. Lito Gomes de Almeida, surgido a ideia de construção das bancadas do campo sobre a via pública na Avenida 8, tendo-se insurgido vários sócios do SCE classificando o projeto de ilegal, os quais foram enxovalhados numa assembleia geral do Clube. Que tudo o resto foi consequência daqueles atos para o clube, que depois mal dirigido e mal presidido, teve sucessivas perdas de imóveis e valores, sendo que, quando mais nada restava, voltou a ideia de pedirem à Câmara a construção do estádio municipal. Que se já era uma história má, agora com o processo e a adjudicação da atual obra fantasma, cheia de derrapagens e sem projetos que se consiga concretizar, passou a uma história de terror e que atendendo a atual situação financeira do município parecia-lhe muito complicado, mas que a CDU queria fazer parte da solução. Que este assunto nada tinha a ver com a interpelação feita no início e voltou a referir que não viu nenhum vogal pôr em causa as condições para continuação em funções do Presidente da Mesa e pediu que reconsiderasse

Manuel Dias (Presidente JF Paramos) disse que na sua opinião a iniciativa do Presidente da Mesa em reunir com o SCE era legítima e não vinculava a Assembleia Municipal. Que ficou chocado com as várias intervenções ali proferidas porque qualquer pessoa falava do SCE do qual foi atleta, dirigente, era sócio e também credor, tendo feito vários sacrifícios pelo clube, para ouvir falar do clube com

leviandade extrema, pelo que pediu que tivessem respeito por aquela instituição centenária. Referiu que a história do SCE estava por contar e que criar factos até políticos à volta do Clube, quando não devia ser político nem politizado, chocava-o profundamente, tendo levado até à demissão do Presidente da Mesa daquela Assembleia, sendo que o convidou a revogar a sua decisão. Que se quisessem esgrimir a questão do estádio municipal podiam, munidos de documentos, marcar uma sessão e que se havia duvidas quanto ao referido pela Presidente da Câmara na reunião que teve com o clube e do que, alegadamente, foi referido depois pelo seu chefe de gabinete, caberia ao Presidente do SCE entrar em contacto com a Presidente da Câmara e confrontá-la com aquelas declarações, tal como ele, como Presidente da Junta de Freguesia, algumas vezes fez com o Presidente da Câmara, mostrando-lhe vídeos feitos por determinada pessoa em Paramos sobre o seu comportamento. Que era a favor do estádio municipal, tendo votado o orçamento onde estavam 3,2M€ para a empreitada, mas também tinha de defender a sua freguesia para a qual precisava de dinheiro para o que pretendiam fazer, pelo que apelava à serenidade

Paulo Leite (PSD) protestou porque o Presidente da Junta de Freguesia que teve uma oposição durante 4 anos, continuava cheio de azia e que os vídeos de que falou mostravam a realidade da situação da freguesia. Perguntou, quando falou em leviandade, de quem estava a falar, se era do PS que tem tratado tão mal o clube. Que se arrogava de defensor do clube e vinha ali defender quem fez mal ao clube e referiu que não admitia que dissesse que quem quer que fosse do seu partido era leviano no tratamento das questões. Disse que quem estava a ser leviano era quem perdeu um presidente de Câmara, um vice-presidente e agora a perder um Presidente da Mesa da Assembleia e não tinha o discernimento de se demitirem. Que a obra do estádio tinha começado no mandato PSD, admitindo que houve erros e que tinha de ser concluída e quis deixar claro que os investidores estavam mesmo disponíveis para esperar um ano

Joana Devezas (PS) fez uma interpelação à Mesa porque tinha sido feita uma interpelação à Mesa, tendo o Presidente da Assembleia dado já resposta e naquele momento já não sabia o que estavam ali a discutir. Apelou para se concentrarem nos trabalhos da assembleia.

Presidente da Mesa da Assembleia disse que, concordava e que quando falou em vogais eleitos, a maioria não era socialista e que se não tinha a confiança política não



se sentia com capacidade para continuar com as funções. Acrescentou que não houve qualquer articulação com ninguém, tendo a decisão sido tomada ali por ele próprio e que pensava por sua cabeça, não admitindo que pudessem pensar o contrário. Que não havia jogo político, tal como não houve com reuniu com os órgãos sociais do SCE

Vereador Luís Canelas, sobre a tão famigerada reunião com o Chefe de Gabinete da Presidência, 2 responsáveis do SCE e 3 responsáveis pela SAD do Vilafranquense, disse que só ouviram ali a versão do Presidente do SCE e não ouviram a versão dos 3 responsáveis da SAD do Vilafranquense, sendo que já teve oportunidade de falar com eles e que, em momento algum, aquelas pessoas, que estiveram presentes na reunião com a Presidente da Câmara e depois com o Chefe de Gabinete, que a convite do SCE, se deslocou ao local onde ocorreu o encontro, ouviram o chefe de gabinete entrar em contraditório. Disse que era uma grande falta de respeito usarem o SCE como arma de arremesso político e que tinham demasiado respeito pelo clube para entrar naquele tipo de debate. Fez notar que algo dito muitas vezes, não se tornava verdade. Que estarem ali constantemente a dizerem que não tinham capacidade para governar e cumprir com o programa eleitoral, não se tornava verdade só por quererem. Que o que os estavam a preocupar era estarem a demonstrar que tinham capacidade para cumprir e não o contrário

Presidente Câmara Municipal disse que era completamente falso o que ouviram de um vogal, que não esteve presente na reunião, sobre os investidores poderem estar um ano à espera, nunca foi dito tal, tendo-lhe perguntado se podiam esperar um mês, o máximo dois. Sobre a impreparação disse que tinha ali um documento com a recolha de todos os elementos para apresentar aos vogais da Assembleia Municipal e que tinham de recorrer a uma instituição credível para lhes ser dado um parecer. Que lamentava que se estivesse a utilizar o nome do SCE, por quem tinha muito respeito, e que estivesse a servir de arma de arremesso e a desviar atenções sobre factos importantes do concelho, com a qual não se preocupavam, como a situação da colocação do bairro piscatório num gueto, mais uma vez, e para a qual se teria de deslocar à Lisboa.

Paulo Leite (PSD) protestou porque falavam da incongruência de haver um chefe de gabinete que substituíria a Presidente da Câmara. Disse que o Espinho era apenas um sintoma.

João Matos (BE) propôs a suspensão dos trabalhos para reunião da Comissão Permanente

Presidente da Mesa disse que concordava e suspendeu os trabalhos.

Retomada a reunião, o Presidente da Mesa disse que, na reunião com a Comissão Permanente, foi-lhe manifestada por todos os membros, a confiança na manutenção da sua independência e isenção na condução dos trabalhos da Assembleia, pelo que retirava o seu pedido de demissão, agradecendo o voto de confiança no seu trabalho.

Paulo Leite (PSD) fez um ponto de ordem, requerendo que a Mesa solicite à Câmara Municipal a distribuição pelos vogais, ainda no decorrer daquela reunião, do documento ali exibido.

Presidente da Mesa pediu à Câmara que, logo que estivesse concluído, lhe fosse enviado o documento em questão para fazer a sua distribuição

Ponto 10. Apreciação de propostas apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal que visam prosseguir as atribuições da Autarquia

João Matos (BE) fez notar que não se exibiu um documento sem que estivesse pronto a ser divulgado, dizendo que nele estavam vertidos todos os esclarecimentos inerentes à matéria e mais uma vez o BE apelava à convocação de uma sessão extraordinária para que, munidos de informação, pudessem partir para uma discussão informada e debater o queurgia ser debatido. Sobre as duas propostas do BE a apresentar para aquele ponto da ordem de trabalhos, disse que dado o adiantado da hora e sendo a matéria dos mesmos tão importante, não lhe parecia que pudessem ser devidamente discutidos, pelo que pediu que fossem tratados na próxima reunião da Assembleia Municipal

Colocado o assunto à consideração do plenário e não havendo oposição, passou-se então à aprovação das atas

Ponto 11. Aprovação de atas da sessão ordinária de dezembro de 2022 e das sessões extraordinárias de 7 e 21 de dezembro

As atas 15/2022, 16/2022, 17/2022, 18/2022 e 19/2022 foram aprovadas por unanimidade dos vogais que estiveram presentes nas reuniões a que se reportam as atas em apreciação.



Paulo Leite (PSD) fez um ponto de ordem à Mesa e entregou um requerimento dos vogais do PSD para realização de uma sessão extraordinária visando um debate sobre o estado do município

A reunião foi dada por encerrada, tendo as deliberações tomadas na presente reunião sido aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

A Funcionária Municipal,
